

Divida Externa Estadual Governo vai suspender crédito de Estados e Municípios devedores

23 MAI 1990

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — O Governo tem pronta uma estratégia para forçar Estados e Municípios a pagarem sua dívida externa, honrada pela União, que já monta a US\$ 11 bilhões: nos próximos dias, o Ministério da Economia deverá baixar normas estabelecendo a suspensão de todos os créditos de instituições financeiras federais, como a Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES, assim como da concessão de avais para captação de novos empréstimos externos, que estão sendo negociados e beneficiariam diversos governos, como o do Rio de Janeiro.

O Secretário Nacional da Fazenda, Geraldo Gardenali, disse que o Governo federal "vai apertar, porque tem que haver maior controle dos pagamentos". Segundo ele, apesar do aumento recorde da receita dos Estados e Municípios, o Tesouro não recebeu pagamento algum até agora. Os dispositivos legais, que permitem o bloqueio das transferências dos fundos de participação aos Estados e Municípios não são eficazes, em sua

opinião, porque os maiores devedores (São Paulo e Rio) não recebem transferências expressivas. Por isso, será necessário ampliar os mecanismos de coerção.

Gardenali informou que as transferências das receitas federais através dos fundos de participação têm batido recordes mensais consecutivos. O Tesouro transferiu Cr\$ 51 bilhões em abril e vai enviar mais Cr\$ 120 bilhões em maio. No quadrimestre, foram transferidos Cr\$ 145,7 bilhões, 58,2% a mais, em termos reais, do que no mesmo período de 1989. Além disso, houve um aumento real médio da ordem de 40% na arrecadação do ICMS, de março para abril: no Estado de São Paulo, 39%; no Paraná, 47%; no Acre, 71%; no Pará 42%; no Amazonas, 108%; e em Mato Grosso, 79%. O Rio não informou o volume arrecadado.

Esse quadro estimula o Governo federal a cobrar as dívidas pendentes, antes que os recursos sejam gastos em obras eleitorais, como se tem verificado no último mês.

— Os governos estaduais e municipais estão fazendo uma verdadeira festa com a entrada de recursos, pa-

ra ganhar as eleições — comentou um assessor da equipe econômica.

Em 1989, a União arcou com o calote generalizado, porque todos alegaram problemas financeiros. Este ano, além do reescalamento da dívida externa para pagamento em 20 anos, a União vai rolar 53% dos débitos a vencer no exercício. Isso significa que serão rolados US\$ 1,424 bilhão e cobrados US\$ 1,359 bilhão, só no que se refere à dívida externa. A dívida interna a vencer em 1990 alcança mais US\$ 554 milhões.

O Estado de São Paulo é apontado como o principal devedor, com US\$ 4,9 bilhões, seguido pelo Rio, com US\$ 1,8 bilhão. Esses seriam os principais atingidos pelo corte de crédito e avais, caso não paguem suas dívidas, pois lideram a relação de tomadores de financiamentos da Caixa Econômica. Ambos seriam beneficiados com o repasse de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com aval da União, para pequenas obras de saneamento e construção civil, dentro de um projeto de criação de 550 mil empregos, no total de US\$ 850 milhões.